

Ballesteros, M. P., Duque, M. C., & Sánchez, J. M. E. (Coord.) (2024).

Feminismo(s). Historia y retos actuales.

Universidad Nacional de Educación a Distancia (580 pp.)

NATIVIDADE MONTEIRO*

A edição deste livro é fruto de uma iniciativa conjunta dos membros do Programa de Direitos Humanos e Políticas Públicas da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED) e do Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Universidade de Valladolid, com a colaboração do Grupo de Investigação de História dos Direitos Humanos e do Seminário Internacional de Direitos

Humanos da Universidade de Salamanca. Como o título indica, é uma obra de fôlego que traça os percursos dos feminismos em diversas geografias, desde o século XIX até aos nossos dias, prefaciada por José Luis Muñoz de Baena Simón, professor titular da Universidade de Filosofia Jurídica, Faculdade de Direito da UNED. Reúne os trabalhos de 36 investigadoras e investigadores de várias Universidades, especialistas

.....

* DOI: <https://doi.org/10.34619/ovsh-zodj>

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7944-8363>

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, História, Território e Comunidades/Centro de Ecologia Funcional (HTC/CFE). Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1070-312 Lisboa, Portugal.
nati.monteiro@netcabo.pt

em Estudos sobre as Mulheres, Estudos de Género e Feministas. A organização do livro segue uma ordem cronológica e divide-se em cinco partes.

A primeira parte, intitulada “Perspectiva Histórico-Conceptual sobre o Feminismo Ocidental”, apresenta quatro artigos sobre os movimentos de mulheres nos séculos XIX e XX. Ana de Miguel Álvarez e María Ávila Bravo-Villasante reconstituem as raízes históricas e teóricas do feminismo, na sua unidade e heterogeneidade, e a apaixonante viagem das mulheres rumo à autoconsciência e à liberdade, deixando para trás uma história de opressão e submissão. O caminho percorrido, desde Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft até ao pós-feminismo e ao movimento #MeToo, leva as autoras a reflectir e a debater a desconstrução do ‘sujeito mulheres’ e do ‘sujeito feminista’, as políticas da identidade, os estudos pós-coloniais, de(s)coloniais, transcoloniais e a teoria *queer*. Das críticas e paradoxos desta fragmentação emerge o constante fluir de uma multíitude de feminismos, em que não cabem os conceitos universais e neutrais, porque cada pessoa é uma unidade irredutível de intersecções e *points of oppression*.

Rosa María Capel Martínez convoca os movimentos sociais do

século XIX, centrando-se na análise dos contextos sociais e políticos em que se desenvolveu o movimento feminista em diferentes latitudes, a fim de melhor compreender as suas raízes, as formas que tomou, as reivindicações e as conquistas que alcançou. Esta análise inclui as diferentes perspectivas sobre as ideias e as forças que impulsionaram as mulheres para a ação, em prol do reconhecimento dos seus direitos civis, sociais e políticos e de reformas sociais mais progressistas. A internacionalização do movimento feminista uniu as mulheres de vários países e continentes, acertou estratégias e reivindicações e deu mais força e visibilidade à defesa das suas causas.

O percurso revolucionário das lutas das mulheres no século XX, na pluralidade das suas origens e evolução e na riqueza da sua memória e genealogia, é aqui traçado por María Dolores Ramos Palomo. A autora mostra como os ‘feminismos históricos’ contemplaram projectos emancipadores e sufragistas, e modelos de cidadania de carácter operário, burguês, laicista ou confessional, segmentados por projectos políticos, classes sociais, identidades nacionais, ideias religiosas e outros marcos de experiência subjetiva e colectiva das suas protagonistas.

Palomo explora com mestria os momentos mais marcantes dos feminismos do século XX, bem como as suas influências, ideologias e matizes: o feminismo social e o sufragismo das primeiras décadas, a espiral das transformações provocadas pela Grande Guerra e o pós-guerra e o Movimento de Libertação das Mulheres dos anos 1960-1970, do qual emergiram novos feminismos, novos debates, novas causas e novas solidariedades.

A diversidade dos feminismos e de grupos que reclamam o reconhecimento de uma nova identidade de género, orientação sexual ou modo de viver a sua sexualidade, remete para a discussão do que é ser mulher ou homem e respectivos géneros associados ao feminino e masculino. Cristina Pérez Rodríguez procede a uma análise rigorosa das questões das identidades de género e recupera o *feminismo analógico* de Lourdes Otero (2015) como uma hermenêutica do reconhecimento, desenvolvida a partir da hermenêutica analógica de Mauricio Beuchot (2005). Baseado na ideia de analogia como possibilidade de reinterpretar os géneros para além da identificação das diferenças, o *feminismo analógico* preserva as diferenças entre os géneros numa ampla variedade para evitar

a identificação e a homogeneização. Trata-se de compreender que homens e mulheres não são iguais nem diferentes, mas sim análogos, e sobretudo que ambos pertencem à categoria *humanidade*.

A segunda parte, é dedicada à “Evolução dos Movimentos de Mulheres além do Ocidente”, com artigos cujas temáticas abrangem a relação dos feminismos com o judaísmo e o cristianismo, o feminismo árabe secular e islâmico, os movimentos de mulheres na Ásia Oriental, China, Japão e Coreia do Sul, na Índia e na América Latina, e ainda os feminismos afro-americanos e africanos. Ethel Barilka mostra como o feminismo judaico procurou a sua genealogia no estudo e interpretação dos textos bíblicos para se incorporar no diálogo jurídico-normativo e reivindicar os direitos legais e a integração das mulheres em cargos públicos, como advogadas rabínicas, assessoras e conselheiras jurídicas nas questões da família, da igualdade, da violência intrafamiliar, da procriação e do divórcio. Contudo, ainda lhes é vedado o título rabínico com direito a ensinar a doutrina e a exercer o poder judiciário. Margarita Pintos de Cea-Naharro recuperou o legado do movimento igualitário do cristianismo primitivo e as experiências das mulheres no seu caminho de

união com a divindade, ocultados pelo patriarcado religioso, fazendo o percurso até às teologias feministas, como um projecto teológico plural, aberto e global, de ruptura com as relações de poder estabelecidas no interior das tradições religiosas, que defende um novo paradigma, baseado nos valores da igualdade, sororidade e justiça.

O feminismo árabe secular e o feminismo islâmico são aqui explorados por Nieves Paradela Alonso. O feminismo laico que emergiu com a modernização do mundo árabe proporcionou às mulheres a melhoria da sua situação familiar, social, cultural e política nas décadas de 60 e 70 do século XX. Contudo, as mudanças culturais dos anos 80 e 90 promoveram o discurso do regresso do Islão, não só na religião, mas também como articulador social e ideário político, com uma visão antioccidental e antimoderna. O feminismo secular perdeu terreno, mas continua a resistir em pequenos nichos, contra um poder político que se serve da religião para controlar o corpo e a mente das mulheres. Amélia Sáiz López conduz-nos pelos movimentos de mulheres na Ásia Oriental, China, Japão e Coreia do Sul, dando-nos a conhecer as especificidades dos discursos e das práticas de muitas protagonistas que

actuaram nos diferentes contextos políticos, sociais e culturais dos seus países.

Antónia Navarro Tejero faz a História dos feminismos na Índia e reflecte sobre os desafios, os debates e os dilemas que enfrentam na actualidade. Trata-se de um movimento plural de mulheres com raízes ancestrais e com uma extensa história de resistência pelo reconhecimento e conquista dos seus direitos, sonegados durante a colonização inglesa, e que ganhou influência e poder antes de se definir como campo teórico nos anos 1980. Num salto, do Índico para a América Latina, vamos ao encontro das mulheres indígenas e dos feminismos locais, pela mão de Izaskun Álvares Cuartero. A diversidade dos feminismos, das vozes e das agendas reivindicativas é tanta como as cosmovisões indígenas. Contudo, o projecto de um feminismo comunitário, em que as mulheres procuram, no seio das comunidades, o reconhecimento e a igualdade como interlocutoras com o poder político, poderá contribuir para a união dos povos na luta pelo fim do patriarcado, das hierarquias e das discriminações de classe, raça e género. Pilar Cuder-Domínguez dedica o seu estudo aos feminismos afro-americanos e africanos, destacando

os contributos mais importantes das pensadoras afrodescendentes e africanas para os ditos feminismos negros. Estes feminismos, apesar de partilharem alguns dos valores dos feminismos ocidentais, contestam-nos e distinguem-se por procurar as suas próprias teorias e discursos relacionados com a diversidade das suas realidades e por tornar visível a luta das mulheres negras contra todas as formas de dominação e discriminação, muitas delas resultantes do legado esclavagista e colonial.

A terceira parte incide sobre os “Debates Conceptuais dos Feminismos Contemporâneos”. Pilar Rodríguez Martínez discute o conceito de feminismos periféricos e a sua proposta conceptual sobre sexos-géneros e interseccionalidade, para se centrar depois na aplicação deste quadro teórico na análise das mulheres emigrantes do Sul, integradas nas cadeias globais de serviços domésticos e cuidadoras nos países europeus. Na mesma linha, Laura Fano Morrissey disserta sobre a descolonização das geografias do cuidado, a partir dos corpos-territórios transfronteiriços das mulheres emigrantes que prestam cuidados nos países ricos, e discute a invisibilidade e a desvalorização do trabalho doméstico e as relações de poder entre quem cuida e quem é cuidado.

Elizabeth Manjarrés Ramos aborda o feminismo decolonial, explorando a sua genealogia e emergência até aos debates teóricos esponteados pelo grupo Modernidade/ Colonialidade, um colectivo de pensadores provenientes da América Latina e Caribe, vinculados a universidades dos EUA. Estes pensadores reconhecem o valor dos saberes tradicionais e das vozes subalternizadas e contestam a colonialidade do poder, do saber, do ser e do género impostos pelo Ocidente. Contudo, o feminismo decolonial não segue isento de críticas, sendo acusado de atomizar, dividir e debilitar o feminismo; dada a sua intensa teorização e a dificuldade de transformá-la em *praxis* política executável, corre o risco de não passar de uma utopia insurreccional sem guia nem rumo. Lizbeth Sagols revisita o percurso do ecofeminismo, um movimento que tem adquirido um carácter multifacetado, tal a variedade de correntes e propostas teóricas e práticas que o têm enriquecido. Emanado do movimento pacifista-feminista americano contra as armas nucleares durante a Guerra Fria e inicialmente olhado com reservas, ganhou espaço sobretudo na Índia e em África, com o ecofeminismo essentialista e anticolonialista de Vandana Shiva, Maria Mies e Wangari

Maathai, e na América Latina, com o ecofeminismo teológico-político ou ecofeminismo indígena.

Beatriz Suárez Briones discute as teorias lésbicas, detendo-se especialmente nas figuras emblemáticas de Monique Wittig e Judith Butler, responsáveis, em grande parte, pela revolução epistémica que nos situa no centro dos debates actuais dos feminismos lésbicos e *queer*. María de la Paz Pando Ballesteros situam-nos nas análises, debates e polémicas que, desde a década de 1990, se têm desenrolado nos movimentos feministas, em torno do multiculturalismo, da diversidade cultural e do reconhecimento das identidades. Como perita em direitos humanos e direitos das mulheres, Ballesteros recorre ao articulado do discurso internacional das Nações Unidas para analisar a controvérsia resultante do discurso dominante sobre os direitos humanos, que denuncia práticas culturais que agridem os direitos e dignidade das mulheres, e outra, contra-hegemónica, que o acusa de representar apenas valores ocidentais e europeus. A autora valoriza o potencial mobilizador e legitimador do discurso internacional dos direitos humanos, que tanto atende aos princípios da igualdade e não-discriminação em razão do sexo e do género, como aos direitos

culturais de todas as comunidades, e apela ao diálogo intercultural sobre a construção de um projecto universal assente nos princípios da dignidade humana e na busca de modelos emancipadores que incluam as mulheres. A cultura e as tradições nocivas aos direitos das mulheres não devem ser instrumentalizadas pelo patriarcado para perpetuar a sua submissão e discriminação.

As ‘novas masculinidades’ são aqui abordadas por Iván Sambade que, ao discutir o conceito propriamente dito, reconhece que ele é equívoco quando se procura delimitar os seus referentes sociais, preferindo o de ‘masculinidades em transformação’, face à igualdade social e política entre homens e mulheres. Ao longo do seu estudo, o autor debruça-se sobre o movimento de homens pró-feministas e o seu papel na luta feminista, explorando os colectivos e as redes de activismo formadas por homens que visam a desconstrução da ordem patriarcal e a exigência da co-responsabilização no trabalho doméstico e no cuidado, com vista à transformação social.

A quarta parte do livro é dedicada aos “Desafios do feminismo contemporâneo”. David Pérez Rodríguez abre o debate sobre o desafio da aceitação colectiva das soluções propostas pela linguagem inclusiva

para acabar com o ‘sexismo linguístico’. O autor questiona os ‘guias de linguagem não sexista’ que rompem com as normas de funcionamento dos idiomas, obrigando-os ao uso constante de duplas, o que se revela inadequado, por deixar de fora os que não se identificam claramente com o masculino e o feminino. Na perspectiva dos críticos, as línguas mudam de maneira espontânea, por vontade colectiva dos falantes, e não por vontade induzida de fora, “com a introdução imposta de espécies léxicas invasivas que lhe são alheias e que alteram o equilíbrio natural” (Ballesteros *et al.*, 2024, p. 339). Montserrat Boix recupera a memória dos periódicos e ‘periodistas’ feministas para salientar a importância das actuais redes feministas e do compromisso das activistas que trabalham nos meios de comunicação em prol dos direitos das mulheres, não deixando de alertar para os perigos da distópica negação da realidade que impõe uma visão distorcida da verdade, a fim de perpetuar as desigualdades. Na mesma linha temática, lemos o artigo de Sonia Reverter sobre “O ciberveminismo e os desafios face ao capitalismo digital”, em que a autora disserta sobre as redes sociais, os corpos e os algoritmos e as estruturas do capitalismo comunicativo que induz ao

consumismo, à despersonalização, à visão terapêutica dos problemas e à despolitização dos feminismos.

Num sentido diferente, María Jesús Fernández Gil apresenta um estudo de caso em “Feminismo, judaísmo e feminismo contraditório de Cynthia Ozick”. Ozick é uma voz entre uma miríade de vozes judias que, através da escrita, se envolveram nos movimentos de direitos civis e nas lutas feministas, conjugando os elementos da sua identidade étnica e sexual. A afirmação do valor do tema da identidade, por entrelaçar as relações entre judaísmo e feminismo, é tão marcante, que há quem fale de uma corrente de *Jewish feminist literature* (Fishman, 1992). Os “Feminismos e protestos LGBTI – Queer: percursos, reivindicações e desafios actuais” são aqui abordados por Gracia Trujillo Barbadillo. A autora recupera a genealogia dos movimentos de libertação homossexual, debate as inspirações políticas para continuar a luta pelas liberdades e direitos conquistados e alerta para os perigos das forças conservadoras que se opõem às distintas formas de autonomia corporal, aos direitos da autodeterminação de género e às reivindicações das trabalhadoras sexuais. Mónica Colombara retoma este tema no artigo

“‘O direito de decidir sobre o próprio corpo’ e ‘Nem uma menos. Vivas nos queremos’: contributos para a reflexão sobre as corporeidades em Geografia”, em que reflecte sobre a redefinição de conceitos e ideias que interrelacionam corpo, lugar, território e soberania. O corpo como lugar físico da identidade, como território colonizado, modelado e controlado pelo poder ou como território de soberania que resiste e decide, e ainda como instrumento de domínio e sedução, são metáforas que a autora explora numa perspectiva feminista. Também Rosa Cobo se debruça sobre os corpos femininos usados como mercadoria, na prostituição e na pornografia, nesta nova fase do capitalismo. A exploração sexual deixa de ser apenas uma prática patriarcal de submissão ao poder e desejos masculinos para se converter numa indústria global que mobiliza milhares de milhões de euros anuais para a economia internacional e especialmente para as economias ilícitas. A autora mostra como o capitalismo neoliberal impõe novas heterodesignações patriarcais, o imaginário da hipersexualização, o discurso da misoginia que normaliza a ideia das mulheres como servidoras sexuais e a pornografia que representa as mulheres entre a insignificância e o não-ser.

Gabriela Chiriboga Herrera traz-nos um estudo sobre as cadeias globais do cuidado, os usos do tempo e a conciliação familiar numa perspectiva feminista, defendendo que os cuidados devem ser abordados como um assunto político que requer uma resposta pública, sendo urgente co-responsabilizar os homens, a comunidade e especialmente o Estado, a fim de desfamiliarizar e desfeminizar os cuidados e superar a histórica submissão das mulheres aos papéis vinculados do cuidar da vida e do bem-estar.

Outro dos desafios actuais dos feminismos é o combate à violência contra as mulheres, num processo estrutural de dominação e desigualdade, reproduzido a nível global. Concepción Fernández Villanueva apresenta-nos um estudo rigoroso sobre a multiplicidade de contextos e formas de violência exercida sobre as mulheres, fazendo também uma incursão pela evolução dos códigos jurídicos sobre a violência doméstica, sexual e de género e as deficiências psicossociais que afectam ainda a aplicação da justiça.

O tema dos avanços e desafios da perspectiva de género para o conhecimento da pobreza das mulheres é aqui abordado por Ana Maria Tepichin Valle. A autora reconhece que a feminização da pobreza

é um problema que tem merecido a atenção de organismos internacionais, governos, movimentos feministas e estudos académicos, e propõe que o conhecimento acumulado sirva para delinear estratégias e programas dirigidos às mulheres que se encontram nesta situação, flexibilizando os papéis de género na família, valorizando as actividades económicas das mulheres e alterando as relações de subordinação que as impedem de participar como pares na vida social. O artigo de Mónica Ramos Toro versa sobre o tema da gerontologia feminista, isto é, as questões do envelhecimento e género, assunto sobre o qual a investigação tem sido escassa, por três razões relevantes: o androcentrismo, o idadismo e o modelo biomédico predominante no estudo do envelhecimento. A gerontologia crítica feminista procura descontruir as representações idadistas do olhar que estigmatiza duplamente o envelhecimento das mulheres e visa promover interpretações mais completas e complexas sobre as suas trajectórias, experiências e maneiras de viver a velhice.

Maria Teresa Vera Balanza fecha este capítulo com o estudo das novas formas de mobilização feminina no século XXI que, graças à mediação das tecnologias

de informação e comunicação, se tornam fenómenos de alcance global como o #MeToo, o #MeTooIncesto, as acções das *Femen*, o movimento #NiUnaMenos, o 8M, o Não é Não, etc. A autora pega no caso paradigmático das *Femen* que usam o corpo como arma de protesto político contra o machismo do patriarcado global. A táctica do *Sextremismo*, um estilo de actuações políticas frontais e radicais, altamente agressivas e provocatórias, é usada pelas *Femen* em espaços com pouca gente mas com abundantes meios de comunicação, para que as câmaras assegurem a difusão das imagens mas também as protejam dos insultos e abusos.

E chegamos ao quinto e último capítulo desta obra que aborda uma multiplicidade de perspectivas sobre os feminismos de ontem e de hoje. Sob o tema geral “Feminismos e políticas públicas”, Gema García-Albacete oferece-nos uma visão actualizada sobre as diferenças de género na vida política activa, resultantes das desigualdades estruturais e das barreiras que condicionam a participação pública e política das mulheres, desde o estatuto socioeconómico aos recursos e contextos de socialização, mostrando também a importância de políticas públicas que promovam uma participação

e implicação política mais equilibrada entre mulheres e homens. A evolução das políticas públicas a favor da igualdade e equidade de género, verificada a partir da proclamação do Ano Internacional das Mulheres pelas Nações Unidas, em 1975, até à actualidade, é aqui abordada por Inma Pastor-Gosálbez e Anna Sánchez-Aragón. Com o foco no caso da Espanha, a análise reveste-se de particular interesse, na medida em que pode servir para estudos comparativos com Portugal, visto que ambos os países, como Estados-Membros da União Europeia, promovem políticas públicas com princípios comuns em relação ao cumprimento das directivas e planos para a igualdade, paridade e equidade de género.

A saúde pública numa perspectiva feminista é analisada por María Teresa López de la Vieja de la Torre. Tendo em conta as categorias reelaboradas pelas teorias feministas, a autora analisa os riscos para a saúde e bem-estar físico e mental das mulheres, como a violência, a saúde sexual e reprodutiva e a distribuição desigual dos cuidados, e o impacto destes riscos nas políticas públicas. Vieja de la Torre mostra como, durante a pandemia da covid-19, as mulheres ficaram mais vulneráveis que os homens

aos riscos comuns e específicos daí decorrentes, sobretudo as profissionais da saúde e dos cuidados, as economicamente dependentes, as emigrantes, as deslocadas e as deficientes, situação que não foi tida em conta. Por fim, Soledad Murillo de la Vega, escreve sobre administração pública e políticas de igualdade. Como ex-Secretária Geral de Políticas da Igualdade entre 2004 e 2008, e ex-Relatora das Nações Unidas como membro da CEDAW entre 2009 e 2013, partilha a própria experiência, pondo em relevo as dinâmicas internas de funcionamento da administração pública de Espanha, com toda a sua complexidade de comunidades autónomas, *ayuntamientos*, deputações provinciais e conselhos de comarca, no que toca às leis e medidas de ação para o desenvolvimento das políticas da igualdade. As experiências relatadas espelham as dificuldades em aplicar a transversalidade das políticas da igualdade, porque cada administração, departamento, unidade, secção ou área encara essas políticas como sectoriais e alheias às suas funções. As organizações administrativas e políticas não se especializam em igualdade, não a introduzem como um direito no seu plano estratégico e na sua cultura interna de distribuição dos lugares de decisão. Daqui se

infere que as políticas da igualdade correm o risco de ficar confinadas a comissões que juntam a igualdade a outras competências: família, juventude, deficiência, etc. Esta realidade é uma consequência de as mulheres serem definidas, de forma não inocente, como um colectivo, uma minoria, quando estatisticamente somos a maioria da população.

Após esta viagem apaixonante pela diversidade das temáticas abordadas nesta obra sobre a história e os desafios actuais dos feminismos, espero ter despertado o vosso interesse e a vontade de ler e reflectir sobre as múltiplas possibilidades de articular os feminismos, a sua força e debilidades e, sobretudo, a sua incrível variedade teórica e prática.

REFERÊNCIAS

- Ballesteros, M. P., Duque, M. C., Sánchez, J. M. E. (Coord.) (2024). *Feminismo(s). Historia y retos actuales*. Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- Beuchot, M. (2005). Hermenéutica analógica y género. In A. L. Guerrero & D. E. García (Coords.), *Hermenéutica Analógica y Género* (pp. 23-38). Torres Associados.
- Fishman, S. B. (1992). The faces of Women: An introductory essay. In S. B. Fishman (Ed.), *Follow My Footprints: Changing Images of Women in American Jewish Fiction* (pp. 1-60). Brandeis UP.
- Otero, L. (2015). Feminismo analógico, narratividad y educación. De la poética de la existencia a la hermenéutica del reconocimiento. *Hermes analógica*, 5.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 11/03/2025

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0) / This journal is licensed under a Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0) license